

CANDAU, Joel. *Memoria e Identidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008, 208 p. (Título Original “Mémoire e Identité”, Traducción Eduardo Rinesi)

Wilton C. L. Silva¹
UNESP

Joel Candau é professor de antropologia na Universidade de Nice-Sophia, na França, e coordenador do LASMIC (Laboratório de Antropologia e Sociologia Memória, Identidade e Cognição Social), onde desenvolve estudos sobre antropologia sensorial e cognitiva, antropologia da cooperação e abordagens naturalistas nas ciências sociais.

Embora inédito no Brasil, publicou *Anthropologie de la mémoire* (1996), *Mémoire et identité* (1998), ambos com tradução para o espanhol em edição argentina (em 2001 e 2002 respectivamente), e *Mémoire et expériences olfactives: Anthropologie d'un savoir-faire sensorial* (2000), entre outros.

Neste ensaio (Memória e Identidade) o autor revisita nesse algumas das ideias expostas no *Anthropologie de la Mémoire* sobre as relações entre memória e identidade quando afirmou que “não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração. (...) Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem *a priori* um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele.”

Memória e Identidade são ideias centrais nas teorias clássicas das ciências humanas e sociais, presentes em reflexões de diferentes áreas e

orientações teóricas como nas análises da memória e/ou da identidade por autores tão diferentes quanto Henri Bergson, Pierre Nora, Michel Maffesoli, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Gerard Namer, e Philippe Áries, Norbert Elias, Paul Connerton, Erving Goffman, Stuart Hall, Paolo Montersperelli, Paul Ricoeur, entre outros.

O trabalho de Joel Candau enfrenta o desafio de refletir sobre algumas dessas contribuições e propor o enriquecimento das relações entre esses dois temas, que sofrem constantes reavaliações e redimensionamentos, em um amplo diálogo com diferentes áreas do conhecimento, sendo que as obras de Maurice Halbwachs (*A Memória Coletiva*) e Pierre Nora (*Les Lieux de mémoire*) ocupam uma certa centralidade em sua reflexão ao longo de todo o texto.

O antropólogo francês estrutura o seu texto em oito partes, compostas por uma introdução, seis capítulos e uma conclusão, nos quais as relações entre individual e coletivo, orgânico e cultural, lembrança e esquecimento, construção e transmissão, unidade e fragmentação, da memória e da identidade são discutidas.

Já na introdução são explicitadas “algumas ideias simples” que estariam presentes *ad nauseam* em diversas publicações sobre os temas da memória e/ou da identidade: 1) os conceitos de memória e identidade são fundamentais nas ciências humanas e sociais, 2) existe um certo consenso de que a identidade é uma construção social, permanentemente redefinida em uma relação dialógica com o Outro, 3) também existe um certo consenso de que a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, 4) o “mnemotropismo” (a obsessão pelos “lugares da memória”) está diretamente relacionado à diferentes fatores como a crise das certezas do presente, a diluição das identidades e ao desaparecimento de referenciais, e 5) memória e identidade estão indissolivelmente ligadas.

A justificativa para o ensaio, e a busca de sua originalidade, se dá jus-

tamente pela proposta de um enfoque antropológico sobre o tema, no qual identidade e a memória são abordadas em uma perspectiva social e cultural onde tem destaque as interrelações entre o individual e o coletivo no compartilhamento de práticas, crenças, representações e lembranças.

O primeiro capítulo se dedica aos mapeamentos de conceitos e questões ontológicas fundamentais do campo, assim como as relações entre indivíduo e coletividade, se recusando a aceitar de forma acrítica as “fórmulas consagradas” pelas abordagens “holistas” das noções de memória e identidade coletiva.

Em uma abordagem antropológica da memória, em diálogo com seu livro de 1996, Candau estabelece uma classificação taxiológica de sua dimensão individual em três níveis:

1) memória de baixo nível ou protomemória, composta pelo saber e pela experiência mais profundos e mais compartilhados pelos membros de uma sociedade e que se inserem na categoria de memória procedimental (repetitiva ou hábito) de Bergson, socialmente compartilhada e fruto das primeiras socializações;

2) memória de alto nível ou memória de lembranças (ou de reconhecimento), que incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória;

3) a metamemória, ou seja, tanto a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quanto aquilo que fala sobre ela, em uma dinâmica de ligação entre o indivíduo e seu passado, como uma memória reivindicada.

Enquanto o primeiro e o segundo nível dependem da faculdade de memorização, o terceiro é uma representação sobre essa faculdade e justamente por essa característica, ser uma enunciação, é a única dimensão compartilhada de forma intersubjetiva, enquanto memória coletiva, ou

seja, produção social de alguns acerca de heranças supostamente comuns aos membros de um determinado grupo.

Candau chama a atenção para o fato de que enquanto a dimensão individual desse nível se relaciona à constatação de uma capacidade comprovada – memorizar – a dimensão coletiva se refere a atribuição de uma comunidade hipotética.

Essa mesma dimensão metafórica, enquanto representação, encontra-se no conceito de identidade, tanto cultural quanto coletiva, uma vez que as noções de semelhante, similitude ou pertencimento também são atribuídas – embora reconheça a existência de similitudes a partir da protomemória, apresenta duas objeções: a expressão identidade em realidade pode projetar na forma de totalidade aspectos que seriam apenas majoritários, e as estratégias identitárias de qualquer grupo envolveriam um jogo complexo muito mais amplo do que a exibição passiva de um conjunto de hábitos incorporados.

De certa forma tais perspectivas afirmadas pelo autor situam sua análise dentro de uma abordagem situacional da identidade, na qual esta é construída a partir de relações, reações e interações sociais das quais emergem visões de mundo e sentimentos de pertencimento.

Assim, sua análise não aceita os malabarismos retóricos “holistas” que tendem a afirmar, a priori, por meio de termos, expressões e figuras totalizantes supostos conjuntos estáveis, duráveis e homogêneos de indivíduos e representações como realidades empíricas, embora os aceite como instrumento analítico (ou como “configurações narrativas”, segundo Ricoeur).

No segundo capítulo a questão privilegiada são as diferentes formas de construção e reconstrução da memória e da identidade no nível individual, da “mnemogênese” à “memogênese”.

A relação entre identidade e memória coloca de forma clara que a identidade se manifesta como um relato, um discurso autorreferenciado

que se projeta como uma totalidade significativa, em uma convergência entre curiosidade e “anamnesis” alicerçada sobre três bases: a natureza do acontecimento recordado, o contexto sincrônico do acontecimento e o contexto sincrônico da rememoração.

Tais processos que se manifestam na esfera coletiva, que se manifesta na confluência das imagens e da linguagem, onde são responsáveis por totalizações existenciais que permitem tanto a manutenção de memórias fortes, que buscam criar marcas sólidas que vêm reforçar sentimentos de origem, historicidade e pertencimento, quanto em memórias fracas, que se diluem e fragmentam de acordo com que as identidades se transformam ou novas identidades se afirmam.

No terceiro capítulo o autor relaciona as formas de apropriação da memória com uma domesticação do tempo a partir de uma estruturação fundada na origem e no acontecimento, pois a partir de abordagens filosóficas e antropológicas sobre a temporalidade o autor reafirma a multiplicidade de tempos sociais como questão fundamental para a compreensão da memória.

Nessa perspectiva relativista discute as formas de apreensão e representação das temporalidades, relacionando esses processos com as ideias de “tempo profundo” e “memória larga”, as práticas de mensuração, os tempos privados e os tempos anônimos, vinculados aos seus conceitos de memória forte e memória fraca.

Entre o quarto e o sexto capítulo são elencadas algumas formas de passagem entre as formas individuais e coletivas da memória e da identidade, assinalando os processos de transmissão e recebimento, fundação e construção, assim como de esgotamento e desmoronamento.

A partir do mito de Teuth, o deus egípcio que apresentou a escrita a Thamus (Amon), Candau discute nesses capítulos finais as possibilidades da “hypomnēsis”, recordação do banal pela sua conservação, e as dificul-

dades da “anamnésis”, a manutenção da memória, contrastando a obsessão “mnemotropista” da sociedade contemporânea com a glorificação do presente e da simultaneidade.

A distinção entre a reprodução e a invenção da tradição, identificada como dinâmicas protomemorialistas e memorialistas, permitiria, segundo o autor, uma mudança de uma construção social de uma tradição “tradicionante”, legitimadora no presente, para uma tradição “tradicionada”, uma referência objetivada.

É nesses capítulos que a questão do patrimônio ganha centralidade, na qual este é reconhecido como uma relação que envolve mais uma afiliação do que filiação, uma materialidade que é mais reivindicada que herdada, assim como menos comunitária que conflitiva.

Em uma época de “mnemotropismo” deve-se manter uma ênfase crítica em relação às concepções holistas do patrimonialismo, que demonstram uma perspectiva performática dos textos e discursos da memória, quando buscam favorecer e valorizar o arcaísmo a celebração do passado, o fundamentalismo cultural, o mito da autenticidade e o fantasma da pureza, a representação estereotipada do pertencimento, a reificação das diferenças, as complacências comunitárias, um relativismo patrimonial sem limites, e as múltiplas formas de nostalgia e paixões identitárias.

O reconhecimento de estruturas de memória individual e coletivas que se tornam vagas, numerosas e complexas, com múltiplos processos de aquisição e assimilação não exclui a compreensão de novos processos nos quais as grandes memórias desaparecem ou são destruídas, mas outras memórias densas e numerosas são elaboradas, com igual força, fundamentando identidades em recomposição – embora a quimera da homogeneidade de memórias e identidades deva ser rechaçada tanto no passado quanto no presente.

Assim, o texto tenta se equilibrar entre a compreensão dos jogos da memória e da identidade, assim como dar conta das ambiguidades desse jogo e de seu dimensionamento, ao reconhecer ao mesmo tempo tanto a sua importância como a amplitude de forças sociais e culturais, múltiplas e complexas, que não são necessariamente memorialistas ou identitárias.

Nota

- 1 Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Assis. E-mail: wilton@assis.unesp.br